



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 9 DE DEZEMBRO DE 2011

Presidente: Ex. ^{mo} Sr. José Diogo

Secretários: Ex. ^{mo} Sr. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 12 horas e 45 minutos.

Procedeu-se à análise e aprovação, na especialidade, do orçamento do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais. Usaram da palavra a Sra. Ministra da Saúde e Assuntos Sociais (Ângela Pinheiro) e o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos) e os Srs. Deputados Filomena Monteiro (MLSTP/PSD),

António Barros (MLSTP/PSD), Adllander Matos A (MLSTP/PSD), António Ramos (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD), Sebastião Santos (PCD) e José Viegas (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião 14 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 12 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Alexandre da Conceição **Guadalupe**
José da Graça **Diogo**
José António Sacramento Miguel
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Neves Sacramento **Barros**
António da Trindade Afonso **Ramos**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Gaudêncio Costa

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Gil Mascarenhas **Costa**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, apreciando o orçamento do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais** (Ângela Viegas): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Fazendo face aos inúmeros problemas e às necessidades da nossa população e cumprindo assim as Grandes Opções do Plano para o ano de 2012, neste orçamento está espelhado várias actividades para dar resposta às soluções e às prioridades das prioridades da nossa população, fazendo face assim ao problema, tanto da Saúde como da área Social.

Assim sendo, estou disponível para quaisquer dúvidas ou opiniões que forem colocadas pelos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Convido os Srs. Deputados que tiverem alguma preocupação a levantar para poderem fazê-lo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sra. Ministra da Saúde, Srs. Deputados, boa tarde.

Relativamente ao orçamento apresentado pelo Ministério da Saúde, há a rubrica «funcionamento e manutenção de unidades sanitárias». Aquando da discussão na generalidade, eu havia perguntado que critério se estipulou para as dotações que aqui estão. Perguntei se é na base da população local, na base de infra-estruturas sanitárias em pleno funcionamento, com internamento, maternidade, ou se é na base de acesso.

Se vamos ver, para o Distrito de Mé-Zóchi temos 535 milhões, mas Cantagalo tem 1 439 milhão de dobras e recorde que a Sra. Ministra havia explicado que iria rever este aspecto porque na realidade as coisas não estão bem aí.

Temos Cantagalo e sei que lá tem apenas cinco camas em funcionamento, Lobata 26 camas em funcionamento e agora temos enchente mesmo.

Portanto, para fazer funcionar essas infra-estruturas e com mais postos sanitários, claro que a atribuição de verba não foi da melhor forma.

Deixaria essas três perguntas para que fossem respondidas o porquê disso.

Por outro lado, Sra. Ministra, no Ministério da Saúde temos o Hospital Ayres de Menezes que tem as suas especificidades, temos a Região Autónoma do Príncipe devido à descontinuidade. Enfim, defendendo o País todo, não só o meu Distrito, no quadro de capacitação de pessoal, em termos nacionais, sabemos que o Ministério de Saúde abarca outras áreas. Abarca o Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais, mas vejo aqui de forma específica para um outro distrito capacitação de pessoal. Pergunto, da parte nacional é que vai cobrir os outros distritos sanitários? Se mencionou aqui capacitação de pessoal, Distrito de Mé-

Zóchi, então teria que mencionar capacitação de pessoal para todos os distritos sanitários, porque temos aqui uma dotação para capacitação nacional. Logo, englobará todos os outros distritos.

Falo também de missões no exterior. De certeza absoluta que ao nível dos distritos sanitários todos os delegados distritais puseram lá rubricas que já vinham de anos, relacionadas com missões no exterior. Pode acontecer que um funcionário qualquer da área da Saúde sai, mas vem aqui especificado apenas para o Distrito de Lembá. Porquê? É só no Distrito de Lembá que temos «missões no exterior»? Acho que não deveria haver essa especificidade, quando há para todos os distritos, porque não se pode capacitar apenas pessoas de um distrito sanitário e esperar que para o próximo ano é que se vai capacitar pessoas de outros distritos.

Por outro lado, temos nas GOP «reforçar a capacidade de formação interna». É por isso que disse que se pensamos, na realidade, em mestrados e doutoramentos, na linha orçamental deveria haver uma coisa idêntica para mestrados e doutoramentos, embora vemos promoção de melhorias, tanto no acesso como na qualidade de prestação de serviços básicos e especializado de saúde. Para ter serviços de especialidades, teríamos que ter pessoas formadas nessas áreas, mas na linha orçamental não encontramos isso.

Como sabe, Sra. Ministra, desde 2004 que se começou uma luta contra o paludismo ao nível do Ministério da Saúde, que não deveria ser só o Ministério da Saúde. O Governo e o Presidente na altura assinaram, em Abuja, uma declaração em que se comprometeram a fazer recuar o paludismo e até mesmo erradicá-lo. Começamos uma luta que tem sido positiva, mas o que tem estado a acontecer é que a incidência palúdica tem estado a aumentar ao nível de todos os distritos, com excepção da Região Autónoma do Príncipe.

Ontem tomei parte numa actividade em que mostraram o gráfico, a incidência tem estado a aumentar e a mortalidade também já aumentou. Embora mais duas pessoas, mas seja como for, se estamos a fazer para melhor, claro que nem a mortalidade nem a incidência deviam aumentar. Há aspectos que a nível dos distritos sanitários não conseguimos dar resposta, tendo em conta os recursos afectados e o próprio Ministério da Saúde tem isso nas GOP como um desafio. Não vemos uma linha orçamental da parte do Estado são-tomense, do nosso Tesouro, algo para o paludismo. Só temos aqui apoio da Missão Médica taiwanesa. Não estando Taiwan, o que é que o Estado alocou para o combate ao paludismo?

Se formos ver os orçamentos anteriores, todos os distritos sanitários tinham uma verba, embora ínfima, 10 ou 15 milhões, para esta questão. Só que o governo anterior retirou, agora estamos com problemas sérios nessa vertente para algumas actividades. Claro que há determinadas coisas que não se fala, mas é bom esclarecer, porque vivemos essa situação ao nível dos distritos sanitários.

Também na generalidade já focalizámos alguns aspectos em termos de algumas patologias. Como não está plasmado neste orçamento, seria bom que a Sra. Ministra procurasse mecanismos, talvez subtraindo a verba do Centro de Saúde de Cantagalo, para formação de pessoas em cardiologia, A Sra. Ministra me disse que já tem alguém a se formação em cardiologia, mas a cardiologia não se faz em 2 anos. Que eu saiba são 5 anos para se fazer a cardiologia, talvez o mínimo. Independentemente, há países que fazem o mestrado em saúde pública em 4 anos, não apenas em 1 ou 2 anos.

Como está nas GOP temos que ter uma linha orçamental para formação, mestrado e doutoramento. Para quem? É por opção, porque as pessoas não podem fazer essa formação sem vontade própria, porque não tendo vocação nesta ou naquela especialidade não se pode fazer. Tem que ser por vocação deste ou daquele clínico geral que na realidade quer fazer especialização nesta matéria.

São esses aspectos que eu gostaria de informar relativamente ao Ministério da Saúde, não esquecendo que para a próxima vez seria bom que a Sra. Ministra viesse com os Srs. Ministros da Agricultura e Infra-estruturas, para não assumir sozinha os aspectos ligados à luta contra o paludismo e que também no orçamento desses ministérios têm que mencionar algum valor para esta causa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Ministra, vejo neste orçamento uma rubrica «construção de casa para acolhimento de doentes e associados». Esta rubrica já existia desde o orçamento passado, se não estou no erro, mas não sei se a obra já iniciou ou não. Parece-me que não, é um esclarecimento que espero ter. Tenho informações de que deve haver uma casa alugada pelo Ministério da Saúde para fazer essa cobertura, o que me estranha. Várias vezes já discutimos aqui nesta Assembleia que por vezes o Regimento não permite certas coisas, mas há problemas que o Deputado ao sair de casa para a Assembleia toma conhecimento e tem que colocar na plenária. Ontem, quando sai daqui, estava com uma viatura que um amigo me emprestou e vi algumas pessoas da Região Autónoma do Príncipe e dei boleia a essas pessoas. Eram pacientes que estavam no hospital, mas pensei que estavam a levar doentes para o hospital. Ao chegar no hospital, constatei que levei doentes para suas residências, que é o Hospital Central. Verifiquei que são doentes que já receberam alta, mas que estão cá. As vezes dizem que fazemos política contudo. Liguei para alguém muito próximo da S. Exa. A Sr. Ministra e passei-lhe essa mensagem, para que lhe informasse a fim de fazer algo. São doentes que já receberam alta, mas que continuam a viver no Hospital, porque não há avião para os levar de regresso a casa. O navio que saiu e que tem capacidade

para levar mais de 200 passageiros está a ser impedido de transportar passageiros e essas pessoas continuam aqui.

Gostaria de saber da Sra. Ministra que alternativa, até quando essas pessoas vão continuar a viver no Hospital, mesmo depois de terem tido alta. Conversei com eles e lhes disse que hoje estaria diante da Sra. Ministra e que iria colocar essa questão e certamente precisarão de obter alguma resposta. Até quando é que se vai criar condições para regressarem a casa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tomo a palavra para pedir um esclarecimento no que toca a conclusão do Centro de Saúde de Cantagalo. No ano passado, estava orçamentado 2 mil milhões de dobras para a conclusão desse Centro de Saúde. Vivo a aproximadamente 20 metros desse Centro e não me parece terem colocado lá mais do que 10 blocos, ou seja, fez-se uma intervenção de terraplanagem à volta do espaço e mais do que isso não se fez.

No orçamento deste ano, vejo uma verba do Fundo de Taiwan, 8 671 mil milhões de dobras e mais alguma coisa, para conclusão do Centro de Saúde de Cantagalo. Qual é o alcance dessa conclusão? Esta verba é para conclusão ou mais uma fase no próprio edifício? Essa conclusão será com apetrechamento?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sra. Ministra, vejo cá na rubrica 25.50 «protecção e manutenção de todas as fontes e canalização de água potável nas comunidades». Não sei se vão fazer canalização e captação...

O Sr. **Presidente**: — Estamos no sector da Saúde.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — É Saúde.

O Sr. **Presidente**: — De certeza?

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Ministério da Saúde e Assuntos Sociais.

Uma Voz: — Isso está em que página?

O Sr. **Presidente**: — Páginas 37 a 46.

Ruídos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Meus amigos, não quero que levantem dúvidas. Quando falo é 100%.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, prossegue com a sua intervenção. Evitemos esse tipo de comentários.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Será que o Ministério da Saúde vai fazer isso ou é a Direcção das Obras Públicas. É uma dúvida que tenho.

Em relação à fixação de pessoal, temos Caué e Lembá mais distantes, mas Lobata poderá precisar.

Na rubrica 10.89, «apoio às ONG parceiras da acção social», queria saber da Sra. Ministra, se for possível, como é que vão realizar essa parceria. Será que essas ONG pertencem à FONG. Como é que isso irá processar? Temos muitas ONG fantoches.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sra. Ministra, gostaria de ter esclarecimento sobre uma verba que vejo no orçamento do seu Ministério, designada «abordagem de problemas sociais transversais ao sector da Saúde», 6.8, com uma verba 1 734 mil milhões de dobras, quando na rubrica «aquisição de medicamentos» tem uma verba bastante inferior. Gostaria que a Sra. Ministra me explicasse qual é a prioridade. Se a abordagem é realmente mais prioritária. No meu entender, os medicamentos devem ser prioridade, porque é o que toda gente reclama. Ouve-se quase sempre que no hospital não há medicamentos e coisas dessas.

Portanto, ia propor que 50% dessa verba de «abordagem de problemas sociais transversais ao sector da Saúde» reforçasse a rubrica «aquisição de medicamentos».

Fiz uma proposta à mesa, quem sabe depois da explicação da Sra. Ministra poderei ver se retiro ou não a proposta, mas por enquanto está feita e aguardo que a Sra. Ministra me esclareça com relação a isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sra. Ministra, tenho alguma dificuldade em entender o orçamento do Ministério de Saúde, sendo um Ministério uno. Vejo aqui «capacitação de recursos humanos» depois diz «nacional», com projecção de uma verba no valor de mil milhões de dobras, no entanto, há «capacitação com pessoal, Mé-Zóchi». O Distrito de Mé-Zóchi não entra no âmbito nacional, havendo uma verba para capacitação nacional?

A mesma coisa relativamente ao «funcionamento e manutenção de unidade». Estava a ver funcionamento e manutenção das unidades de todos os distritos e Pagué não entra. Penso que é pelo facto de não ser um distrito mas uma Região e gozar de autonomia administrativa e financeira. Há a transferência do âmbito Regional e suponho que a questão da saúde esteja incorporada ali, mas a minha preocupação é encontrar depois detalhes dessas despesas de funcionamento de novo na despesa de funcionamento nacional. Todas essas verbas são provenientes do Tesouro, no valor 21 108 855 150 87 (vinte e um mil milhões, cento e oito milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta dobras e oitenta e sete cêntimos). É essa dificuldade que tenho em entender se há uma discriminação das verbas sectorial ou distritalmente, porquê ainda existir o nacional como se estivesse completamente desgarrado do distrital.

Está orçamentado também Tesouro, código 20.60, «saúde mental» e a verba disponível para a saúde mental é de 20 790 281 63 (vinte milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e oitenta e uma dobras e sessenta e três cêntimos). Se pegarmos nessa verba e a dividirmos por 12 meses, nem chega 2 milhões de dobras por mês para a saúde mental. Não sei porquê tanta discrepância. Será que não valorizamos o tratamento e o respeito que merecem as pessoas que estão inseridas nesse quadro? Qualquer um de nós, espero que não aconteça, pode ser susceptível a isso.

Uma verba de 20 milhões de dobras para 1 ano económico, para a saúde mental? Não sei o que é isso. Tentei encontrar explicações comparativamente com outras verbas, não sei se é isso. Eventualmente, não quero acreditar, mas será que decorre do facto de os deficientes mentais não terem acesso à votação? Nem quero acreditar que seja isso. Os dementes não votam, mas confesso que tenho muita dificuldade em entender como é que se coloca 20 milhões de dobras no orçamento com vista ao tratamento de saúde mental. Enfim, pode ser também uma opção política e as opções políticas não se discutem, mas se for visceralmente desse lado, estamos contra.

Também achamos que se devia dar mais atenção à aquisição de medicamentos e consumíveis de Saúde. O valor que está cá é de 4 564 000 000 00 (quatro mil milhões, quinhentas e sessenta e quatro milhões de dobras) para aquisição de medicamentos, proveniência de Taiwan, que também se associa à aquisição de medicamentos para a questão da SIDA, 2 616 000 000 00 (dois mil milhões, seiscentos e dezasseis milhões de dobras).

Confesso que não conheço as necessidades em termos de orçamento para aquisição de medicamentos e consumíveis para a Saúde, mas acho que se devia dar mais atenção à questão de aquisição de medicamentos e consumíveis nos hospitais. Devia ser uma prioridade, comparativamente com alguns outros sectores, o que não queira dizer que aqueles sectores não sejam importantes. Na minha perspectiva, havendo carência de recursos, dever-se-ia fazer uma alocação mais cuidada e mais equitativa.

Se a questão que coloquei relativamente ao «funcionamento e manutenção de unidade nacional» é quase que uma duplicação, acho que devia haver uma reafectação para a questão de medicamentos, e aproveito para precisar a intervenção, com a devida autorização do Sr. Deputado Gil Costa, de que a verba de medicamentos não é menor a outra verba que colocou, mas ela é manifestamente irrisória se formos ver para quê se destinam essas verbas.

De momento, Sra. Ministra, são as preocupações que gostaria de levantar, no intuito de dar a minha modesta contribuição para melhoria, a nível de especialidade, do orçamento deste Ministério que a nós todos diz respeito, porque briga com a saúde de todos nós.

O Sr. **Presidente**: — Tendo em conta que já houve várias intervenções, sugeria à Sra. Ministra que passasse a dar resposta às questões levantadas.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, começando pela questão que foi levantada pela Sra. Deputada Filomena Monteiro que tem a ver com a verba destinada ao funcionamento, como havíamos dito, mesmo na discussão na generalidade, foi um erro que iríamos corrigir e que a parte da ver de Cantagalo é para capacitação a nível nacional, para estar na DAF. Onde temos «capacitação ao nível nacional» é reforço para o Instituto Victor Sá Machado, visto que neste momento estão em curso várias formações médias, inclusive algumas para o início do mês de Janeiro de 2012. É por esta razão que temos esse valor de mil milhões de dobras para «capacitação de recursos humanos a nível nacional» que está aí espelhado.

Para outras direcções e serviços, aqui no quadro onde está escrito OGE é o resumo do orçamento que temos do Ministério todo. Mesmo em questões de funcionamento, onde está 21 mil milhões de dobras é

para o funcionamento do Hospital Ayres de Menezes e para outras direcções que não estão plasmadas. Temos um total de 19 direcções e serviços e para não termos funcionamento por cada direcção, pusemos a soma total das outras direcções que não estão cá plasmadas, que dão 21 mil milhões de dobras.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, é só para dar uma explicação detalhada. Estamos a ver quadros diferentes e há um quadro em que estão espelhadas todas as despesas por direcções, depois há outro que tem o resumo que é a soma de todas essas direcções. Então as verbas aparecem assim mais agrupadas, mas se formos para os quadros anteriores, vamos ver que estão espelhadas por direcções e serviços.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Ministra da Saúde pode prosseguir.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais**: — Quanto à questão de reforço das capacidades que tem a ver com doutoramentos e mestrados, o Governo chegou à conclusão de que doutoramentos e mestrados estão direccionados para o Ministério da Educação, Cultura e Formação. Apenas temos algumas especialidades que fazemos em parceria com alguns parceiros. Quando falei na plenária que temos uma médica nesse momento a fazer uma formação de capacitação para cardiologia, é apenas uma formação para nos ajudar a dar resposta ao actual perfil epidemiológico que temos e futuramente, juntamente com Cuba e Portugal, onde estamos à espera de disponibilidade de vaga para que se possa iniciar a formação por especialidade.

Sabemos que especialidade, na verdade, é de 4 a 5 anos e 2 anos que ela está a fazer é apenas para nos ajudar a minimizar o problema que temos nesse momento.

Quanto à verba para a questão do paludismo, mesmo onde o Sr. Deputado Gil Costa abordou o problema transversal da Saúde, aí também entra paludismo, SIDA e tuberculose. De jeito nenhum iríamos dizer que vamos tirar essa verba para afectar a outro lado, porque é o conjunto de problemas que temos que são transversais.

Quanto à questão de casa para o pessoal do Príncipe, na verdade em 2011 tínhamos mil milhões de dobras. Já se lançou o concurso e só estamos à espera para lançar a primeira pedra e vamos fazer isso ainda este mês. O outro valor que está para 2012 é para terminarmos a obra e apetrechar o edifício.

Acho que o Sr. Deputado devia elogiar esta iniciativa, visto que durante todo este tempo nenhum outro Governo teve essa iniciativa de construir um centro para acolhimento dos doentes que vêm do Príncipe.

Se neste momento há alguns doentes que estão no hospital, isso é algo que já vem de muitos anos e até então não temos nenhuma comunicação do Príncipe, dizendo que já há um número de doentes suficientes para fazermos o aluguer de um voo para enviar os mesmos para a ilha do Príncipe.

Gostaria de informar que em 2011, desde que tomámos posse, o Governo disse que iria assumir o problema de Saúde quanto à evacuação e medicamento para a ilha do Príncipe, porque sabemos que isso realmente é um problema nacional. Então temos que assumir essa responsabilidade e temos vindo a fazê-lo durante todo esse tempo.

Para informação, em 2011, até o mês de Outubro, fizemos um total de 15 aluguer de voo para levar e trazer os doentes do Príncipe. Se esses doentes ainda estão cá, pode ser porque ainda não completou o número e não vamos fazer um aluguer se ter ainda um número de doentes suficiente. Estamos à espera que a Região Autónoma do Príncipe nos comunique que já há necessidade para fazermos o aluguer de voo e o faremos sem problema nenhum.

Quanto ao Centro de Saúde de Cantagalo, como todos os Srs. Deputados cá presente sabem, é uma obra que tem mais de 5 anos.

No ano passado, era cerca de 2 mil milhões de dobras, financiamento da Cooperação Portuguesa, concretamente o Hospital de São João do Porto, que queria fazer aí também um Centro de Hemodiálise. Como estamos a preparar o Hospital Ayres de Menezes para que seja realmente um hospital de referência, chegamos à conclusão de que vamos terminar o Centro de Saúde de Cantagalo para que seja um Centro de Saúde do Distrito e também com algumas equivalências para dar resposta à zona Sul. Para isso, o valor que está aí plasmado é para terminar a obrar e também apetrechar o Centro.

A verba que está no Gabinete da Ministra, Sr. Deputado António Ramos, é a verba que vem destinada ao Projecto Saúde para Todos. Como todos sabemos, também têm uma componente de reabilitações e construções de fontenários.

Quanto às ONG parceiras do Ministério para a área Social, quando entrámos, encontrámos já algumas ONG que foram seleccionadas, apenas continuamos a trabalhar com as mesmas e algumas que trabalham e são filiadas na FONG, mas têm como objectivo a área Social. Trabalham com os idosos, crianças e pessoas desfavorecidas, temos protocolo com elas, inclusive algumas delas é que fornecem pratos quentes aos idosos e às pessoas desfavorecidas. Também damos esse recurso como forma de pagarem despesas com o aluguer, a comunicação e para o seu funcionamento. Neste momento são um total de 20.

Quanto ao que o Sr. Deputado disse, há algumas que são fantoches, mas temos tido cuidado quanto a isso, pedimos relatórios, estatutos, se estão legalizadas ou não.

Como todos sabemos, a Região Autónoma do Príncipe tem uma autonomia administrativa, então a parte de administração tem a ver com o recurso que é disponibilizado nas despesas correntes das transferências que são feitas directamente, independentemente de também darmos apoios, como já havia dito, quanto à transferência de doentes, assim como especialidades e medicamentos.

A verba de saúde mental, é de uma parte do Departamento de Saúde Mental. Não é que seja apenas esta verba que está destinada aos doentes com problemas mentais. Esta é apenas uma parte. A verba para o seu funcionamento está nos 21 mil milhões de dobras. É apenas para o Departamento de Saúde Mental, porque dos 21 mil milhões de dobras para o funcionamento nacional, também está o Departamento de Saúde Mental.

Quanto à aquisição de medicamentos, fazendo a soma total da verba que está disponível para aquisição de medicamentos, temos para este ano um total de 16 mil milhões de dobras para a compra dos medicamentos, reagentes e consumíveis e não apenas 4 ou 2 mil milhões como mencionaram cá.

Ruído.

Para o ano de 2012 temos 16 mil milhões, soma total, porque são vários doadores.

Uma Voz: — Queremos ver essas parcelas.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais:** — Está bem, então vamos começar pelo problema transversal que também tem a ver com os medicamentos para os doentes de SIDA. Temos na rubrica 35.13 um valor de 2 616 000 000 00 (dois mil milhões e seiscentos e dezasseis milhões de dobras); 35.12 temos 4 mil milhões de dobras; 10.80 temos 4 564 000 000 00 (quatro mil milhões, quinhentos e sessenta e quatro milhões de dobras); 24.78 temos 5 mil milhões de dobras. Para reforçar temos também uma verba que é para assistência técnica do reforço para especialidades, quer dizer, as pessoas fazem formação em curto tempo, que sempre fazemos junto aos nossos parceiros.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Ministra, porque não entendi bem a relação com a pergunta que fiz sobre o início da construção da casa para acolhimento, gostaria que a Sra. Ministra me dissesse se já iniciou ou não.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado falou, agora vou passar a palavra à Sra. Ministra para responder. Evitemos esse tipo de bola de berlim directo.

Tem a palavra a Sra. Ministra.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais:** — Como tinha dito, lançamos o concurso para selecção de uma empresa e ainda neste mês de Dezembro vamos lançar a primeira pedra. Outro valor que está para 2012 é para terminar a obra e apetrechar o edifício.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Ok, Sra. Ministra. Enquanto não se fizer o lançamento da primeira pedra, não me peça para elogiar. A Sra. Ministra sabe porque é que estou a dizer isso. Enquanto as obras não iniciarem, para mim continua a ser uma falsa promessa, mas o problema não está aí, porque não é isso que eu quis referir. Só pedi esclarecimento sobre isso porque tive informações de que o seu Ministério teria alugado um espaço para acolher esses doentes. É por isso que pedi esclarecimentos e a Sra. Ministra não precisava fazer todo o *show off* que fez. Se calhar esqueceu-se de que isso não está a passar em directo.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, apelo para alguma serenidade. Estamos a discutir serenamente, não faz sentido estar...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Ministra, eu só queria saber se há ou não uma casa alugada e porque é que os doentes continuam a viver no hospital depois de terem alta. Só pedi esclarecimentos, nada mais. Agora, dizer-me que o número não é suficiente, tudo bem, não vou pedir à Sra. Ministra para fretar um avião para levar dois ou três doentes, mas pelas informações que tenho e não sei se são correctas, são mais de 15 doentes. O facto de não haver um número suficiente de doentes não significa que os que já tiveram alta sejam obrigados a ficar aqui em São Tomé, sem condições, quando há voos durante a semana. Podia-se evacuá-los dois ou três em cada voo que vai ao Príncipe.

Se dentro de três meses não houver um número de doentes que justifique alugar um avião, como é que essas pessoas vão ficar?

A Sra. Ministra disse que o Governo já alugou mais de 15 voos, mas pelas informações que tenho também há problemas em relação ao pagamento. Resta saber se pagaram ou se pediram aluguer fiado para depois pagarem, porque parece-me que a companhia está a reivindicar o pagamento de alguns desses voos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde.

A Sra. **Ministra das Saúde e Assuntos Sociais**: — Acho que como dirigentes deste país não devemos estar a pronunciar-nos em «parece». Temos que ter uma confirmação.

Se o Sr. Deputado António Barros fizer nesse momento um inquérito no Príncipe, verá que os doentes têm tido melhor acolhimento do que nos anos anteriores. Então, acho que quem está a fazer o *show off* é o Sr. Deputado.

Como tinha dito, em nenhum momento recebemos comunicação da ilha do Príncipe dizendo que há necessidade de se fazer um voo, mesmo que eu estivesse em casa doente.

Outra questão é que alugar um voo é mais económico que enviar passageiros um por um. É por isso que adoptámos o aluguer e estamos à espera que o Príncipe nos comunique.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — A Sra. Ministra acabou de dizer que andou doente esses dias, sou testemunha, porque realmente a vi no hospital. Portanto, vou tentar poupar-lhe.

Sra. Ministra, gostaria de entender melhor, porque o português tem várias faces realmente e cada um faz a sua interpretação. Não fiquei elucidado com essa designação «abordagem transversal». A Sra. Ministra disse que inclui medicamentos para SIDA e para a tuberculose. Qual é a relação dessa designação com aquisição de medicamentos. Isso deixou-me um bocado confuso.

Já agora, para fazer tudo de uma vez e pouparmos tempo, penso que a Sra. Ministra já tem conhecimento de que há uma proposta que tem sido feita a todos os ministério, que consiste na redução da verba para «missões no exterior». Portanto, não irá ser diferente com o seu ministério. Entendemos que outras coisas são prioritárias, mas devo informar-lhe que a verba resultante dessa redução que vamos fazer vai ser afectada a outros sectores do seu ministério que entendemos que deve merecer alguma prioridade. Fique informada de que quando tivermos debate com o Sr. Ministro das Finanças faremos a alocação e a senhora será comunicada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde.

A Sra. **Ministra da Saúde a Assuntos Sociais**: — Sr. Deputado, na abordagem transversal tudo tem a ver com o problema transversal da Saúde. Quando se diz que o problema da juventude é um problema transversal, quer dizer que tem a ver com várias vertentes. Para este programa é de igual forma, para financiar programas que têm a ver com o HIV/SIDA, a tuberculose, o paludismo, a formação de técnicos, a compra de preservativos, leite para as mães portadoras do HIV. Essa verba é para tudo isso.

Quanto à questão de viagens, Sr. Deputado Gil Costa, se eu não viajar não há problema nenhum, porque tenho medo de avião, mas temos que cumprir algumas obrigações.

Por exemplo, no meu Ministério, há duas viagens que são obrigatórias, é para a Organização Mundial da Saúde e para a OIT. Para se participar nessas conferências, tem-se que levar por volta de 100 e tal milhões de dobras. Nos anos anteriores houve um pacto tripartido assinado com os sindicatos, sobretudo para a OIT. Vão membros do sindicato, membros do Estado e técnicos da Saúde. Se diminuirmos a verba, quer dizer que não poderemos participar, como em 2011. Em 2011, não participei nesse encontro da OIT porque não tínhamos disponibilidade financeira e poderá acontecer mais em 2012. Não será possível a Ministra da Saúde e Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe estar presente mais uma vez por questões financeiras e os técnicos também não. Sabem que o meu Ministério é da Saúde e dos Assuntos Sociais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputados Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, confesso que também tenho alguma dificuldade quanto ao que se relaciona com abordagem transversal. Abordagem pode significar muitas outras coisas. Também posso lhe abordar transversalmente...

Risos gerais.

...mas espero que não seja isso. Essa designação é difícil. Uma Casa Parlamentar tem a missão não só de aprovar o orçamento, mas de fazer o seu seguimento e fiscalizar. Essa abordagem transversal em que entra a compra de medicamentos, de leite, de arroz, de feijão e pode até ser de vestidos também, porque está tudo.

Uma Voz: — Respeite a Sra. Ministra.

A Sra. Ministra sabe que tenho muito respeito pela senhora. Não disse que a senhora disse. Eu disse que pode.

Uma Voz: — É português.

O português tem disso, pode fazer menção a muitas coisas e inviabiliza o Parlamento de fazer o seguimento. Depois a questão é muito mais complicada. Por exemplo, puseram aqui essa abordagem transversal que não sei quanto é que custa e depois a Sra. Ministra disse que a parte dos dementes também está aí, mas depois especificou a área para os dementes com 20 milhões de dobras e disse ainda que essa rubrica de abordagem transversal pode incluir todo o resto. Por isso, gostaria que houvesse discriminação. Acho que a Casa Parlamentar deve começar a exigir do próprio Governo, por uma questão de fiscalização, a discriminação de determinados aspectos.

Não gostaria que se mantivesse essa terminologia de abordagem transversal, porque tudo é transversal, os problemas todos são transversais. A transversabilidade é muito longa.

A proposta é que de facto se traga a discriminação ou a alteração disso, porque é um orçamento e nós somos os legisladores. Quem pega o orçamento tem que entender claramente o que está lá dito, apenas isso.

Que se traga as coisas com clareza, porque a Sra. Ministra é que sabe qual é a transversabilidade de toda a sua abordagem.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais:** — Não sei se o Sr. Deputado poderia nos apresentar uma proposta, porque isso não é de hoje. Entrámos e encontrámos isso e continuamos assim. É um programa que já vem de algum tempo.

Essa verba é direccionada para o funcionamento do Centro Nacional de Endemias, que tem a ver com as endemias.

Uma Voz: — Então põe para o Centro Nacional de Endemias.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais:** — Põe-se Centro Nacional de Endemias?

O Sr. **Presidente:** — A Sra. Deputada Filomena Monteiro quer dar alguma ajuda?
Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro (MLSTP/PSD):** — Sra. Ministra, tendo em conta a explicação que foi dada, acho que não pode alocar a verba, já que é assim, toda ao Centro Nacional de endemias, porque sei que o Departamento de Saúde Mental está na Direcção dos Cuidados de Saúde, não no Centro Nacional de Endemias, mas a Sra. Ministra disse que a verba é direccionada para aquele Centro.

Se vai resolver o problema também dos doentes mentais, então não podemos direccionar ao Centro Nacional de Endemias.

Murmúrios.

Então não entendi.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais:** — Quando falei da questão da saúde mental, foi por causa a questão de funcionamento, onde tem 20 milhões de dobras, não tem nada a ver com a abordagem transversal. É sobre a despesa de funcionamento de um departamento.

O Departamento de doentes mentais está dentro do Hospital Dr. Ayres de Menezes. Isso é somente para que o departamento possa funcionar fora do Hospital Ayres de Menezes, que tem a ver com a área de prevenção. Não tem nada a ver com a verba de abordagem transversal do problema da saúde.

Sr. Deputado Gil Costa, espero que vejam bem a questão das viagens, porque quando o sindicato não puder participar na OIT, não assumirei.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas (MLSTP/PSD):** — Estou a ver aqui o Sr. Ministro da Educação e acho que possivelmente terá a possibilidade de falar em crioulo, como no último forro. Já o ouvi dizer aqui «*auwó*».

Risos.

Quer dizer que essa é a sua atitude em relação à discussão.

Gostaria de abordar um assunto que tem a ver com o financiamento que vem do Projecto PASS, aquisição dos preservativos e outras acções. Creio que o Centro de Cantagalo, estou a especular, não tenho a certeza, poderá estar nesse pacote. Estamos a falar de acções para 2012, do orçamento para 2012. Esse orçamento é do Banco Mundial, naturalmente. O entendimento que tenho é que as acções do Banco Mundial vão encerrar possivelmente em 2011. Tenho aqui fontes de financiamento BAD para algumas actividades, nomeadamente o Centro de Cantagalo. Isso foi tido em conta? Há alguma prorrogação do projecto?

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais**: — Cantagalo é com Taiwan.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Haverá acções no Ministério do Saúde a ser financiadas pelo BAD. Teve-se em conta o encerramento, em 31 de Dezembro de 2011, ou há perspectiva para que o projecto tenha uma prorrogação para mais 6 meses?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais**: — Sobre a questão do financiador, só temos BAD com o projecto PADRU. Não temos mais nenhum projecto com o financiamento do BAD.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Banco Mundial. O Projecto PASS é do Banco Mundial, não é do BAD.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais**: — Vai-se prolongar para 2012, porque não terminamos ainda as acções.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Para todo o ano de 2012?

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais**: — Primeiro semestre de 2012.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se o Sr. Deputado Gil Costa ainda quer insistir na sua proposta inicial, tendo em conta que a Sra. Ministra já explicou as razões que a levam a sustentar o orçamento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, vou retirar uma das propostas que é a questão de abordagem, visto que a explicação que foi dada é realmente transversal. Vamos manter a verba de abordagem, mas vamos ser coerentes na questão de missões no exterior. A proposta mantém.

O Sr. **Presidente**: — Não quero comentar muito mais, disse que vão ser coerentes, mas a Sra. Ministra fez um apelo e falou da questão do sindicato.

Nesse caso vamos avançar para a votação?

Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria de levantar uma questão e sugerir à Sra. Ministra uma perspectiva de solução. Aquilo que está aqui mencionado para saúde mental, no valor de 20 milhões de dobras, gostaria de sugerir que se retirasse essa questão e se incluísse na unidade em que disse que abarca, porque não pôs Tisiologia, Maternidade e uma série de unidades. Olhando para um orçamento dessa natureza, cai muito mal os 20 milhões para um ano económico para saúde mental.

O meu espírito é apenas o de contribuir. Essa é a sugestão que faço. Caso Vossa Excelência queira agarrá-la é só adicionar o valor ao montante existente na unidade nacional.

Já agora que estou no uso da palavra, deixem-me falar relativamente a missões no exterior. Não se está a cortar, está-se a manter a verba que está a ser executada no orçamento em vigor. Estou convencido de que Vossa Excelência não teve nenhuma tribulação dos sindicatos este ano, porque foram às missões, ou não? Teve?

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais**: — Eu não pude viajar. Foram elementos do sindicato e técnicos, mas a Ministra não se fez representar naquela conferência.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — A missão correu mal, Sra. Ministra?

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais**: — Digo que correu mal, porque é missão para os ministros.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Então, os sindicatos.

A Sra. **Ministra da Saúde e Assuntos Sociais**: — Sr. Deputado, quando entramos em 2010, encontramos um acordo assinado entre o Governo, os sindicatos mais os empregadores. Quanto a essa missão de OIT, é uma missão tripartida, tem que se fazer representar pelo sindicato, os empregadores e o Estado e não foi possível estar presente a pessoa da Sra. Ministra. Ultimamente, houve mais uma viagem para o Brasil no âmbito dos determinantes de saúde e não foi possível a minha presença também por falta de financiamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Só para ajudar um pouco, porque a questão está a ser vista de forma sectorial e realmente dá esta visão.

De acordo com as informações que tenho, dos 8,6 mil milhões de dobras que o Governo programou para missões no exterior para o ano de 2011, até finais do mês de Dezembro o Governo só irá executar 8,4 mil milhões de dobras. Quer dizer que vai restar alguma verba. Se calhar, dividindo o mal pelas aldeias e fazendo reajustes, o Ministério da Saúde poderá beneficiar de mais algum valor.

Não sei se estou certo, mas o Sr. Ministro das Finanças poderá confirmar.

Uma Voz: — Está errado.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro quer comentar ou podemos avançar para a votação? No fundo não vai alterar nada. Isso é emanção das vontades.

Srs. Deputados, vamos votar a proposta do Sr. Deputado Gil Costa, para a redução da verba do Ministério da Saúde, não obstante as dificuldades que o sector tem.

Sr. Deputado José Viegas tem alguma alteração a fazer ou apenas para suster.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, queria pedir a sua indulgência para que não coloque a proposta em votação ainda. Peço pelo menos mais 2 minutos para alguns acertos que podem ser pertinentes para a decisão que se vai tomar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos.

Eram 14 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados, podemos continuar?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

A Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — A Sra. Ministra é a única presença feminina no Governo e eu gostaria de sugerir uma certa condescendência em relação à posição que tem sido comum para os outros ministérios à excepção do Ministério da Defesa, relativamente a missões no exterior. Gostaria de sugerir um meio-termo. Em 2011 foram 400 e poucos e este ano há uma proposta de 800. Que fique pelo menos 600, para não ser o mesmo tecto de 2011, como tem sido o critério para a maioria dos ministérios. É uma proposta que faço, mas como não sou da Comissão, a Comissão reagirá em conformidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, de acordo com os argumentos apresentados, em termos numerários, a Sra. Ministra disse que cada viagem custa 100 milhões de dobras. Então subscrevo e assumo a proposta.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, façam o favor de se manifestarem.

Submetido à votação, foi aprovada com 5 votos a favor e 3 votos contra.

Srs. Deputados, tínhamos previsto fazer um intervalo ao longo das sessões para irmos lanchar. É verdade que já fui informado há mais de 1 hora que o lanche já estava ali fora e não sei se seria de bom-tom fazer um pequeno intervalo de 15 minutos ou se devemos continuarmos até o fim e depois irmos ao lanche.

Vozes: — Vamos continuar.

O Sr. **Presidente:** — Ok. Nesse caso, agradeço a presença da Sra. Ministra da Saúde. O seu orçamento foi aprovado e a partir deste momento a senhora está dispensada para poder regressar aos seus ofícios. Assim sendo, declaro encerrada a reunião.

Eram 14 horas e 15 minutos.